

# **TERRITORIALIDADES, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E PERSPECTIVAS DE LUTA**

**TIAGO SIQUEIRA REIS  
EVÂNIO MASCARENHAS PAULO  
ORG.**

**Tiago Siqueira Reis**  
**Evânio Mascarenhas Paulo**  
Organizadores

**Territorialidades, conflitos  
socioambientais e perspectivas de  
luta**



Pantanal Editora

2025

Copyright© Pantanal Editora

**Editor Chefe:** Dr. Alan Mario Zuffo

**Editores Executivos:** Dr. Jorge González Aguilera e Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

**Diagramação:** A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com e Microsoft Copilot. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

### Conselho Editorial

#### Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
Profa. MSc. Adriana Flávia Neu  
Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior  
Profa. MSc. Aris Verdecia Peña  
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva  
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo  
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu  
Prof. Dr. Carlos Nick  
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos  
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva  
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos  
Prof. MSc. David Chacon Alvarez  
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira  
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira  
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão  
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins  
Prof. Dr. Fábio Steiner  
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza  
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez  
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles  
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira  
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto  
Prof. MSc. João Camilo Sevilla  
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales  
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski  
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira  
Prof. Dr. Luciano Façanha Marques  
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela  
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez  
Profa. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann  
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior  
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos  
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla  
Profa. MSc. Mary Jose Almeida Pereira  
Profa. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes  
Profa. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira  
Profa. Dra. Patrícia Maurer  
Profa. Dra. Queila Pahim da Silva  
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty  
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke  
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva  
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes  
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)  
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos  
Prof. Dr. Tayronne de Almeida Rodrigues  
Prof. Dr. Ugur Azizoglu  
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca  
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira  
Profa. Dra. Yilan Fung Boix  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

#### Instituição

OAB/PB  
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã  
UO (Cuba)  
IF SUDESTE MG  
Facultad de Medicina (Cuba)  
ISCM (Cuba)  
UFESSPA  
UEA  
UNEMAT  
UFV  
AJES  
UFGD  
UEMS  
IFPA  
UNICENTRO  
IFMT  
UFMG  
URCA  
ISEPAM-FAETEC  
IFG  
UEMS  
UFF  
(Colômbia)  
UNAM (Peru)  
IFRR  
UCG (México)  
Rede Municipal de Niterói (RJ)  
UNMSM (Peru)  
UFMT  
SED Mato Grosso do Sul  
UEMA  
IFPR  
Tec-NM (México)  
Consultório em Santa Maria  
UFJF  
UEG  
FAQ  
UNAM (Peru)  
SEDUC/PA  
IFB  
IFPA  
UNIPAMPA  
IFB  
UO (Cuba)  
UFMS  
UFPI  
UFG  
UEMA  
IFB  
Sec. Mun. de Educação, Cultura e Tecnologia de Araripe  
Universidade Kayseri, Türkiye  
UFPI  
FURG  
UO (Cuba)  
UFT

Conselho Técnico Científico  
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior  
- Esp. Maurício Amormino Júnior  
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

**Catálogo na publicação**  
**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

T327

Territorialidades, conflitos socioambientais e perspectivas de luta / Organização de Tiago Siqueira Reis, Evânio Mascarenhas Paulo. – Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2025.  
264p. ; il.

Livro em PDF

ISBN 978-65-85756-48-8

DOI <https://doi.org/10.46420/9786585756488>

1. Território. 2. Geografia política. I. Reis, Tiago Siqueira (Organizador). II. Paulo, Evânio Mascarenhas (Organizador). III. Título.

CDD 320.12

Índice para catálogo sistemático

I. Território



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.  
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.  
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).  
<https://www.editorapantanal.com.br>  
[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)

## **Apresentação**

A região amazônica terá centralidade na obra, no entanto, procuraremos apresentar ao leitor trabalhos que tratem de assuntos mais gerais que estejam relacionados a Territorialidades, Conflitos Socioambientais e Perspectivas de Lutas, como por exemplo, debates teóricos e metodológicos, estudos e ensaios sobre ecologia política, mudanças climáticas, agronegócio, agroecologia, povos tradicionais, capitalismo e meio ambiente, reforma agrária, mineração, garimpo, saúde, bem como todos aqueles assuntos que impactam diretamente na vida das populações da região da Amazônia brasileira e internacional. A ideia é gerar reflexões que conectem a Amazônia aos debates mais gerais e estes a Amazônia. Portanto, não é obrigatório o texto trabalhar especificamente sobre a Amazônia.

## Sumário

|                                                                                                                            |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Apresentação .....</b>                                                                                                  | <b>4</b>   |
| <b>Capítulo 1 .....</b>                                                                                                    | <b>6</b>   |
| Saúde e Controle Social na Amazônia: Espaços a Ocupar .....                                                                | 6          |
| <b>Capítulo 2 .....</b>                                                                                                    | <b>16</b>  |
| El desconcierto del neoliberalismo latinoamericano.....                                                                    | 16         |
| <b>Capítulo 3 .....</b>                                                                                                    | <b>31</b>  |
| Desafios políticos, epistêmicos e metodológicos do mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil..... | 31         |
| <b>Capítulo 4 .....</b>                                                                                                    | <b>62</b>  |
| Geografia do narcotráfico e facções do crime organizado na Amazônia.....                                                   | 62         |
| <b>Capítulo 5 .....</b>                                                                                                    | <b>76</b>  |
| Marxism and the environment: the issues .....                                                                              | 76         |
| <b>Capítulo 6 .....</b>                                                                                                    | <b>100</b> |
| Identificação de forçantes socioambientais atuantes no aumento de vulnerabilidades em comunidades da Bacia Amazônica ..... | 100        |
| <b>Capítulo 7 .....</b>                                                                                                    | <b>126</b> |
| Mineração em terras indígenas: quatro lentes conceituais para contribuir com o debate no Brasil.....                       | 126        |
| <b>Capítulo 8 .....</b>                                                                                                    | <b>139</b> |
| As cerimônias rituais do noroeste amazônico: na perspectiva da sustentabilidade do patrimônio territorial ..               | 139        |
| <b>Capítulo 9 .....</b>                                                                                                    | <b>157</b> |
| Conflitos socioterritoriais e pandemia de Covid-19.....                                                                    | 157        |
| <b>Capítulo 10.....</b>                                                                                                    | <b>179</b> |
| Como deter o trem do progresso? O Fórum Social da Pan- Amazônia e as lutas sociais (2002-2014) .....                       | 179        |
| <b>Capítulo 11.....</b>                                                                                                    | <b>192</b> |
| Ecosocialismo, uma proposta concreta.....                                                                                  | 192        |
| <b>Capítulo 12.....</b>                                                                                                    | <b>213</b> |
| America Latina: la Simplificación Territorial.....                                                                         | 213        |
| <b>Capítulo 13.....</b>                                                                                                    | <b>238</b> |
| A criminalização da homofobia no Brasil: a ADO 26 e a omissão legislativa .....                                            | 238        |
| <b>Capítulo 14.....</b>                                                                                                    | <b>249</b> |
| A geografia em ruínas dos grandes projetos na Amazônia: a mineração e os processos de territorialização de exceção .....   | 249        |
| <b>Índice Remissivo.....</b>                                                                                               | <b>263</b> |
| <b>Os organizadores .....</b>                                                                                              | <b>264</b> |

## Conflitos socioterritoriais e pandemia de Covid-19

Recebido em: 21/01/2025

Aceito em: 27/05/2025

 10.46420/9786585756488cap9

Patrícia Rocha Chaves 

### INTRODUÇÃO

As notícias que dominaram os cadernos e jornais de negócios do Brasil a exemplo da Revista Época e a Folha de São Paulo, no ano de 2020, demonstraram que nem a Pandemia de Covid-19 foi capaz de impactar fortemente os índices de exportação das commodities brasileiras no mercado internacional. Em janeiro de 2020, o site do Ministério da Economia anunciou que o PIB – Produto Interno Bruto brasileiro deveria superar a marca de 7 trilhões em 2019 para 7,7 trilhões em 2020. Segundo a página desse ministério a inflação brasileira no segundo semestre do ano havia demonstrado fortes sinais de recuperação o que sugeriria um aumento da margem percentual de crescimento de 2,32 por cento para 2,40 por cento. O que não se confirmou ao término do ano de 2020. Conforme registrado pelo IBGE, o PIB brasileiro apresentou um quantitativo de 7,4 trilhões.

Esse resultado surpreendeu negativamente os economistas, que por sua vez, amputaram a conjuntura econômica a produção industrial e ao consumo das famílias, dada a situação de pandemia em que o país vivia. O Brasil, nesse sentido teria regredido 10 anos e a situação seria ainda pior caso o setor agropecuário não tivesse salvaguardado os altos índices de exportação.

Desta forma, os economistas assinalaram a urgência de conceder e prorrogar os prazos dos auxílios emergenciais, assim como a promoção de créditos para as empresas. Esta questão estaria então no cerne do salvamento da economia brasileira.

É nessa perspectiva que a agricultura capitalista no Brasil tem sido retratada como heroína irrefutável nas páginas dos cadernos de economia e na mídia brasileira. No mês de novembro de 2020 a soja, carro chefe das exportações brasileiras já somava mais 80 milhões de toneladas, fechando o ano com valores de 82,273 milhões de toneladas, segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec). A escassez interna das oleaginosas provocou o aumento do preço dos óleos vegetais. O aumento da exportação da carne bovina, suína e das aves aumentaram 38, 48 e 27 por cento consecutivamente conforme a tabela da FIPE. Carnes de menor qualidade, cujo consumo popular é mais frequente sofreram aumentos de ao menos 45 por cento.

Observou-se, portanto, que o minério de ferro, a soja e o petróleo lideraram as exportações do país. A exportação do petróleo atingiu 70,6 toneladas, 18,5 por cento a mais que no ano anterior. A soja, embora tenha apresentado índices inferiores ao ano de 2018, recuperou no farelo de soja marcas

historicamente superiores somando 17,5 milhões de toneladas de exportação. O café também fechou o ano com marcas extraordinárias, foram 2,37 milhões de toneladas e o açúcar e o algodão também não deixaram a desejar. Elevaram suas marcas de exportação confiadas especialmente na China, o país que originou a corona vírus, mas, que já se encontrava em recuperação sanitária, econômica e social.

Ao que parece o cenário econômico seria perfeito não fossem os efeitos contraditórios revertidos nos impactos sociais e econômicos negativos sentidos pela população brasileira e em especial nas classes menos abastadas. A pandemia da corona vírus colocou em evidencia para o Brasil e para o mundo a fragilidade e a miséria que as relações capitalistas impõem as massas que vivem em países cuja a exploração da natureza e do trabalho sobrepõem a produção e a reprodução da vida social.

As demandas dessas frações sociais ignoradas pela mídia, sufocadas pelo reducionismo econômico imposto pelo capital, suplantadas pelos governantes e as vezes desdenhadas pelos intelectuais, historicamente tem marcado as lutas sociais no Brasil. É nesse contexto, que os dados dos conflitos no campo nos interessam. Eles nos auxiliam no desmascaramento dos altos índices econômicos que os governos brasileiros trazem à tona ano a ano por meio das mídias oficializadas. Demonstra também a catástrofe que os governos brasileiros têm imposto a população do país sujeitando-as às políticas neoliberais, assumindo o projeto econômico da agricultura capitalista para o desenvolvimento nacional.

Assim, o campo brasileiro tornou-se lugar de análise das contradições do desenvolvimento. A realidade brasileira das populações que vivem no campo demonstra os processos sociais que colocam o Brasil numa espécie de guerra civil, na marcha contra miséria e contra as formas destrutivas de apropriação da natureza e do trabalho pelos agentes do capital. Coloca-nos na condição de observar e discutir os processos que configuram o território e/ou os territórios. Processos econômicos, políticos e ideológicos que desenham as regiões brasileiras e que fazem da Amazônia a região mais cobiçada e mais conflituosa do Brasil.

Entende-se nesse contexto, o território, como “[..] a luta contínua da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. Oliveira (2007), nos convoca a observar que a expansão do capital no campo, demarca dois tipos de processos, os quais contribuem para a compressão das dinâmicas da luta camponesa contra as elites do campo: A territorialização do monopólio e a monopolização do território. Tais dinâmicas de realização das atividades econômicas no campo ajustam as ações de resistência dos sujeitos do capital, também formatam a *construção/desconstrução/reconstrução* dos sujeitos da resistência que lutam contra a exploração, expropriação, intrusão e desposseamento capitalista conforme a realidade territorial jurídica brasileira.

Espelha a relação entre os sujeitos das disputas territoriais manifestadas nos tipos de conflitos socioterritoriais e socioespaciais: terra, água, trabalho e suas formas de manifestações. O conflito é então essa forma desigual de divisão do poder e da riqueza. É assim, a manifestação política do desenvolvimento desigual e combinado se estabelecendo continuamente nas relações econômicas e sociais capitalistas.

Para Boff (2014) “o conflito começa com o desmascaramento ideológico, mantenedor do estado de subdesenvolvimento, com análise socioanalítica que traz a luz os mecanismos de dependência e de dominação.” É instituído pelo antagonismo que demarca as relações materiais e por conseguinte simbólicas. Oliveira (2008) adiantou que nas relações capitalistas entre as regiões o econômico se desenvolve, todavia, o social jamais terá possibilidades de avançar. É nesse sentido, que a expressão e a interpretação da mundialização do capital/mundialização da agricultura brasileira e suas dinâmicas de produção/circulação/consumo, assim como a manutenção e concentração da propriedade privada da terra e das contradições da realização do capitalismo rentista brasileiro contribuem para a compressão dos conflitos socioterritoriais no Brasil.

## OS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

Consequente, os conflitos por terra seguiram a seguinte performance: 2011, 818; 2012, 828; 2013, 802; 2014, 820; 2015, 828; 2016, 1112; 2017, 1033; 2018, 1000; 2019, 1260; 2020, 1576 totalizando nesses últimos dez anos 10077 conflitos por terra. Na década anterior – 2001 a 2010 - foram registrados no total 10102 conflitos. Isto significa que não houve diferença expressiva no número de ocorrências registradas nesses últimos dez anos para os dez anos iniciais do século XX, cujo maior período de governo esteve sob as mãos do presidente Luís Inácio. Daí necessário se faz destacar os elementos que impulsionaram as lutas das populações do campo nessa última década (gráfico 1).

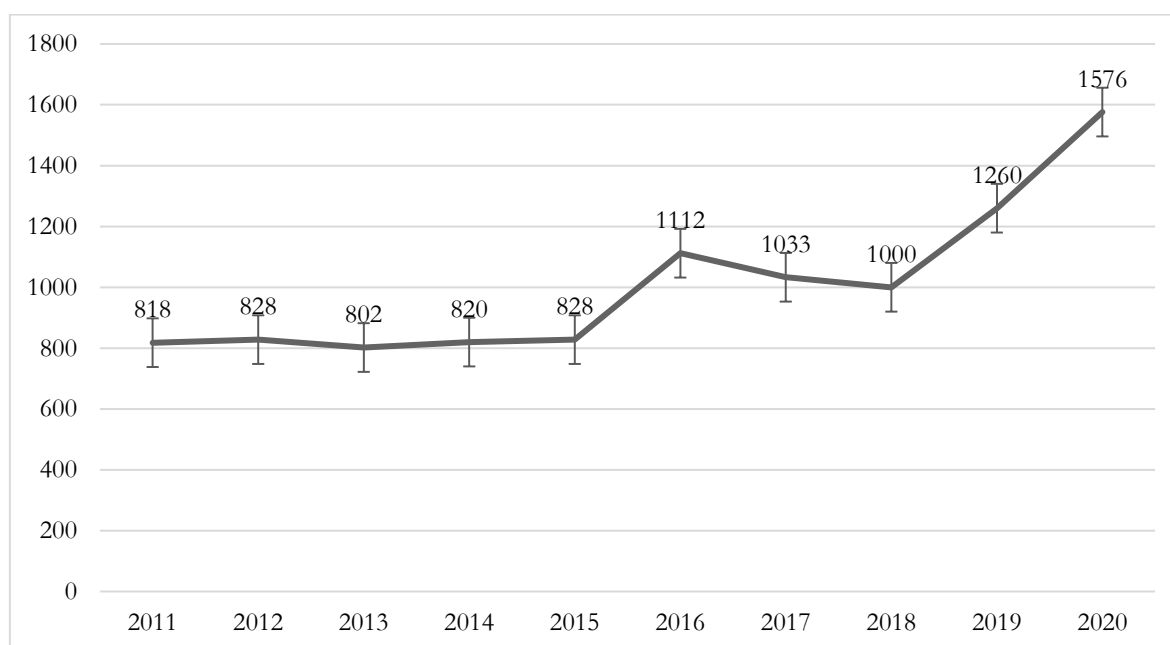


**Gráfico 1.** Conflitos por terra no Brasil (2011-2020). Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Org: A autora.

Conforme demonstra o gráfico o ano no qual se manifestou maior número de ocorrências de conflitos por terra foi o ano de 2020, em seguida 2019, ou seja, os dois anos de governo de Jair Bolsonaro

foram os anos de maior registro de ocorrências de conflitos por terra na série histórica. Em terceiro lugar está o ano de 2016, ano do golpe que retirou Dilma Rousseff da presidência e instituiu Michel Temer. É importante observar o que isto representou em termos regionais (gráfico 2).

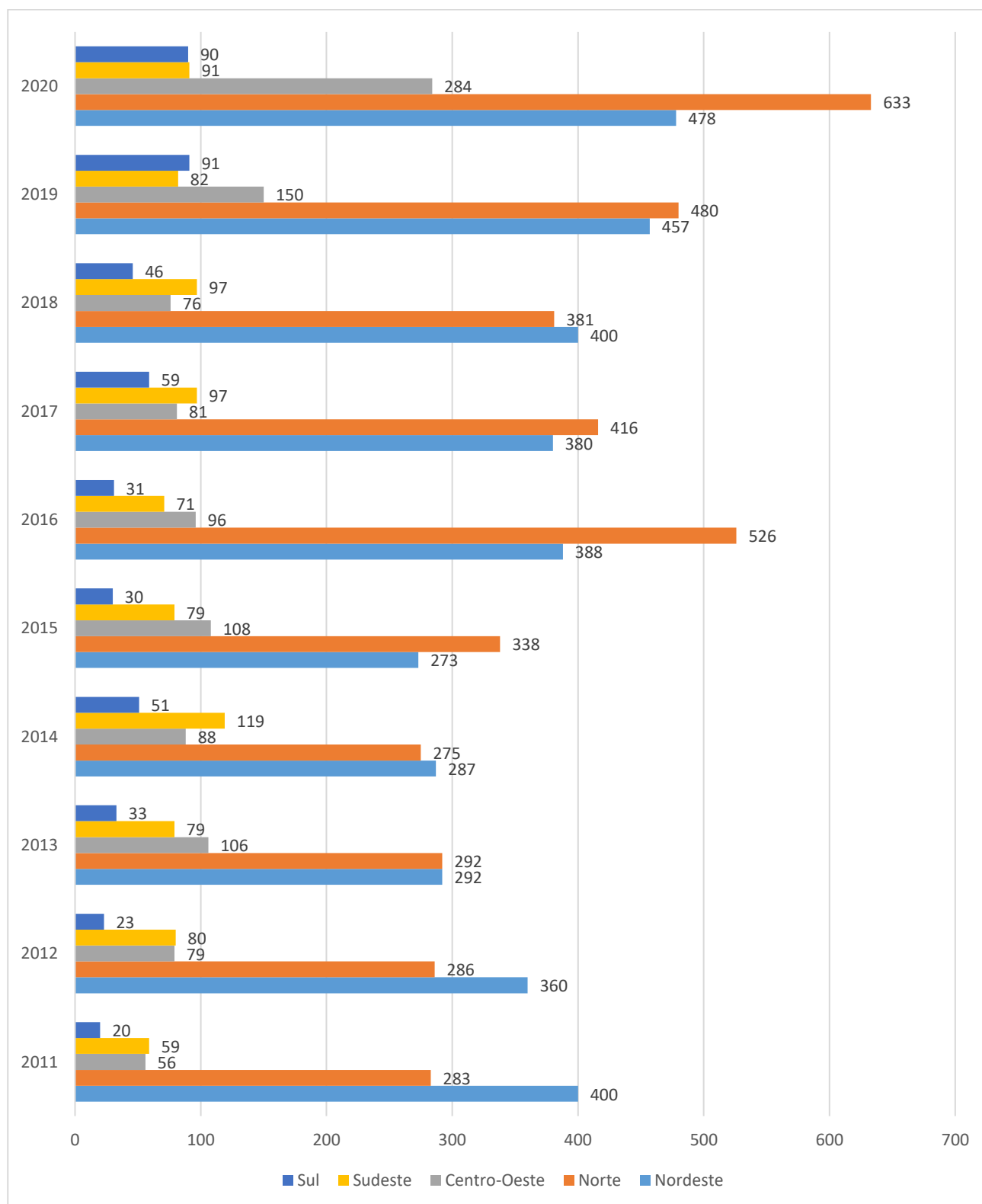


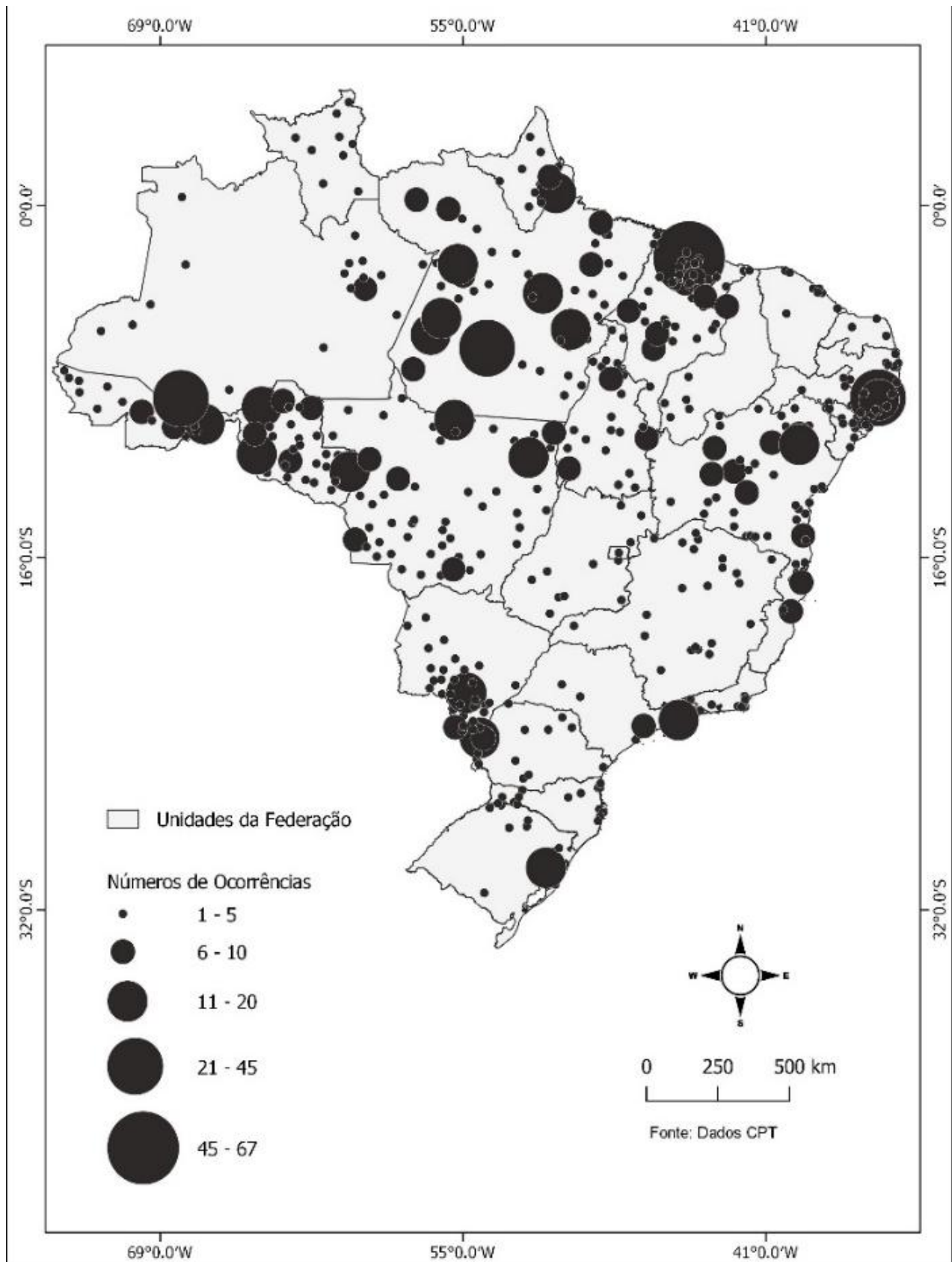
**Gráfico 2.** Conflitos por terra em regiões brasileiras. Brasil - ocorrências de conflitos por terra em regiões brasileiras (2010-2020). Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Org: A autora.

No gráfico anterior observa-se que as regiões em destaque nas ocorrências de conflitos são, Norte e Nordeste. Há uma espécie de protagonismo da região Nordeste até o ano de 2014 e a partir de então a região Norte exerce certa liderança, com exceção do ano 2018. Em seguida, se destaque a região Sudeste, Centro-Oeste e Sul respectivamente. Os dez estados mais conflituosos da federação, ao todo somam 7980 ocorrências de conflitos, 79 por cento das ocorrências de conflitos concentram-se nesses estados.

O ranqueamento apresenta-se da seguinte maneira: em primeiro lugar está o Maranhão com 1943 ocorrências registradas, em segundo o Pará, com 1284 ocorrências; em terceiro a Bahia, com 872 ocorrências; em quarto está Rondônia com 813, em quinto está o Amapá com 606; em sexto está o Mato Grosso, com 588; em sétimo o Acre com 559; em oitavo Pernambuco com 447; em nono Mato Grosso do Sul com 438 e em décimo lugar está Minas Gerais que apresentou nos últimos dez anos 430 ocorrências de conflitos registradas.

Observando esse ranqueamento por regiões temos um empate técnico entre Norte e Nordeste, ambas regiões apresentam 3262 ocorrências, em seguida o Centro-Oeste com 1026 e o Sudeste com 430. Se observarmos os dados considerando a Amazônia Legal como critério da análise, teremos sete estados dentre os dez em destaque, concentrando 6231, ou 78 por cento de ocorrências de conflitos do ranking de dez estados mais conflituosos da federação (Mapa 1).

Em 2020, a Amazônia Legal, manteve destaque no tocante às ocorrências de conflitos por terra. Observa-se maior concentração dos conflitos exatamente nesta região, possuindo destaque, como já referido, o norte Maranhense, o Pará, em especial o sul do Pará, o estado do Acre, o norte do Mato Grosso e do Tocantins. Destaca-se também Pernambuco, a Bahia e o Mato Grosso do Sul. Sobre o registro do número de famílias segue (gráfico 3).



**Mapa 1.** Ocorrências de conflito por terra em 2020.

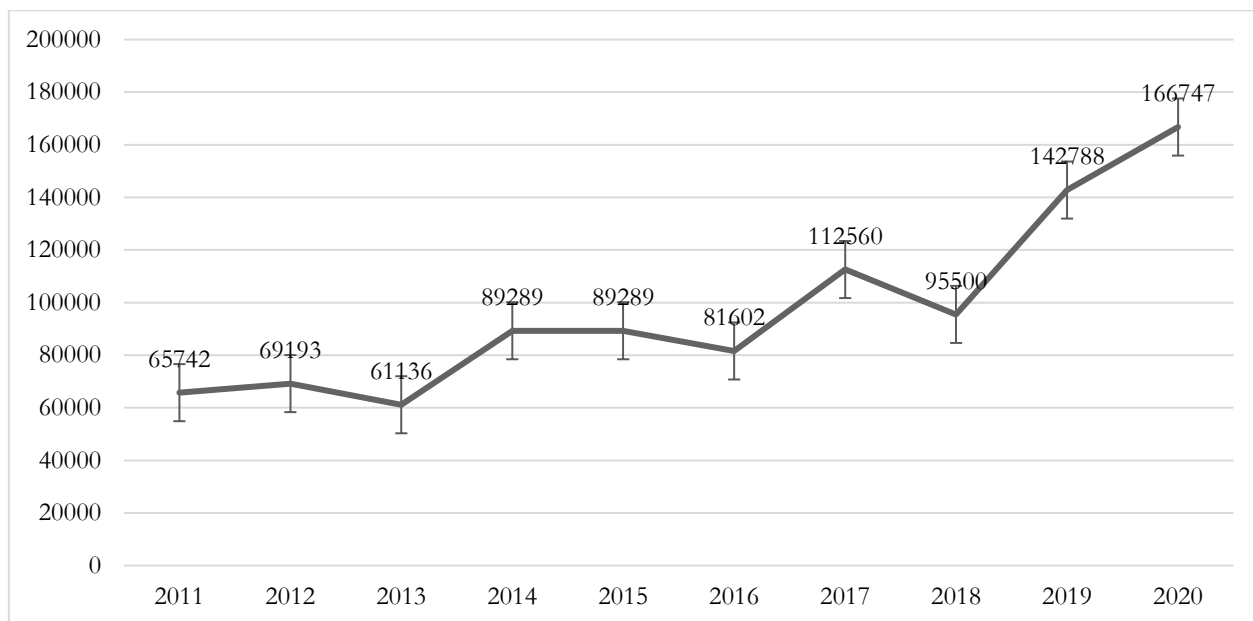


**Gráfico 3.** Famílias em conflitos por terra no Brasil (2011-2020). Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Org: A autora.

Dos anos 2011 a 2016, período de Governo de Dilma Rousseff, a média de famílias em conflitos é 84366 famílias. A partir de 2017 houve aumento considerável do número de famílias em conflitos que vai de 81602 para 112560 famílias – lembrando que Dilma deixou o governo ainda em agosto de 2016. Optamos por manter 2016 registrando como período de Dilma. Em 2018, governo de Michel Temer houve uma queda também considerável no registro do número de famílias, estabelecendo mesma dinâmica das ocorrências nesse ano. Assim, como nos registros de ocorrências 2019 e 2020, período de governo de Jair Bolsonaro o número de famílias em conflitos elevou-se drasticamente. A média das famílias em conflitos nos dois anos foi de 154767 famílias envolvidas em conflitos por terra. (Gráfico 04)

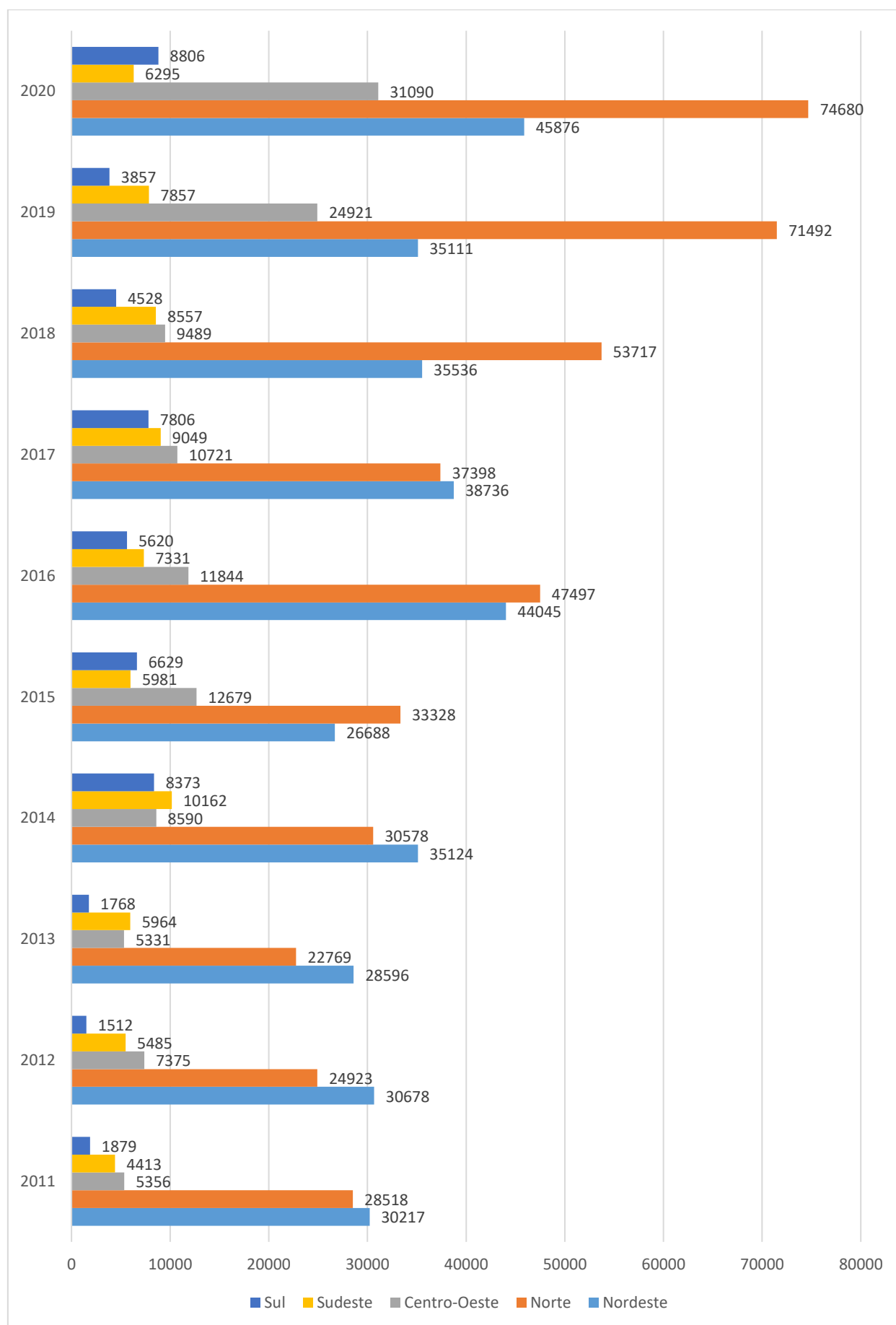


**Gráfico 4.** Famílias em conflitos por terra em regiões brasileiras (2010-2020). Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Org: A autora.

No gráfico de distribuição dos registros de famílias nas regiões em conflitos se observa que a dinâmica não diferiu muito da situação das ocorrências. A região Nordeste liderou entre 2011 e 2014 e a partir de 2015 a região Norte assumiu o protagonismo, destacando-se de maneira muito relevante a partir de 2018.

O total de famílias em conflitos por terra de 2011 a 2020 foi de 973846. A região Norte apresentou maior número com 443880; Nordeste com 372861; Centro-Oeste, 131395; Sudeste, 76803 e Sul, 51585. Claramente há um protagonismo da região Norte em se tratando da série histórica dos últimos dez anos. Também é iniludível a violência extrema as quais a políticas do governo Bolsonaro tem submetido as famílias camponesas, indígenas e quilombolas. E que há um avanço sobre os territórios localizados na região amazônica.

Os dez estados da federação mais conflituosos se estabeleceram da seguinte maneira: Pará em primeiro lugar, com 178320 famílias envolvidas em conflitos; em segundo, o Maranhão com 150666, nesse sentido os dois estados alternam suas posições; a Bahia e terceiro com 90174 famílias; Amazonas, que não se destaca em número de ocorrências, a ponto de estar entre os dez maiores registros. Nesse caso se estabelece em quarta posição com 67812; o Mato Grosso em quinto com 65719; em sexto lugar está Roraima com 56864; em sétimo Rondônia com 49883; em oitavo Acre, 46998; em nono está Pernambuco com 46053 e em décima colocação está Mato Grosso do Sul com 38892. Em número de famílias a Amazônia Legal mantém maior proeminência no que se refere aos dados.

O governo de Dilma Russeff foi bastante conhecido pelo distanciamento das políticas de reforma agrária e pelo distanciamento das bases sociais que elegem o PT. Dados do Incra – Instituto Nacional de Reforma Agrária demonstram que no ano de 2015 não houve sequer um hectare de desapropriação. Em 20 anos não tivemos pior resultado. Se o governo de Luís Inácio se consolidou como um governo que em muitos termos pactuou com a agricultura capitalista, permitindo o avanço do agronegócio, sem avançar nas bases que instituem a concentração fundiária no país o de Dilma teve uma postura amplamente negligente no trato com políticas de reforma agrária. No entanto, foi a partir do golpe em Dilma que a legislação brasileira avançou no processo de violação dos direitos territoriais das populações do campo.

Avaliando a situação de elevação dos conflitos a partir de 2016, podemos citar a análise de Mitidieiro Júnior et. al (2016) sobre as ações do legislativo a partir de 2015 revertidas em ataques aos povos do campo, concretizadas no ano de 2015.

Segundo o autor, *“Em 2016, ano do Golpe, além dos desarquivamentos, novas propostas pipocaram do Legislativo e Executivo. Foram 11 novos projetos e propostas no âmbito das Leis e 29 projetos de Decretos Legislativos para reversão de conquistas e retomadas de terra, totalizando 40 ações de ataque aos homens e mulheres do campo.”* Tais questões refletem a situação das ocorrências de conflitos no ano de 2016.

Em 2017 o então presidente Michel Temer, sancionou a Medida Provisória (MP) 759/2016, que autorizou a regularização fundiária de áreas urbanas e rurais alterando assim, a legislação da reforma agrária. Tal MP aumentou as áreas rurais passíveis de regularização fundiária de 1,5 mil hectares para 2,5 mil hectares, legalizando latifúndios e retirando as legislações fundiárias com vias de promover o desmatamento na Amazônia. Instituiu aí a MP da Grilagem.

Recentemente, o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), divulgou os dados de desmatamento de 2019 à 2023, *“a área derrubada atingiu 35.193 quilômetros quadrados. O tamanho é maior do que os estados de Sergipe e Alagoas juntos. Na comparação com os quatro anos anteriores, o aumento foi de quase 150%.”* E o crescimento do desmatamento anual foi calculado numa média de 105%.

O desafio atual se chama Amacro. *“A partir de 2019, Pará, Amazonas e Mato Grosso lideraram o ranking estadual de desmatamento do Imazon. Em 2022, eles foram responsáveis por 76% de toda a floresta derrubada. O maior aumento de um ano para o outro ocorreu no Amazonas e foi de 24%. O Imazon diz que o principal foco é a triplíce fronteira estadual Acre e Rondônia, área conhecida como “Amacro”, junção das siglas dos estados.”* (Brasil de Fato, 2023)

Sobre o governo de Jair Bolsonaro, podemos dizer que o presidente não fez questão de esconder os traços violentos de sua relação para com a maior parte da sociedade brasileira. Jair Bolsonaro é declaradamente motivador e promotor da hostilidade e agressividade física e psicológica para com as populações que vivem em situação de vulnerabilidade.

Os governos instituídos desde a redemocratização política do país não se atentaram para realização da reforma agrária. A salvo o governo de José Sarney que instituiu o primeiro PNRA e o de Luís Inácio, o segundo PNRA, Bolsonaro não somente faz vistas grossas para as ilegalidades e impunidades cometidas pela classe ruralista e burguesa do país. Ele abertamente tentou criar leis e/ou decretos que estimulam os massacres contra a população brasileira, como é o caso dos decretos 10.627/21, 10.628/21; 10.629/21, Decreto 10.630/21 que flexibilizam os procedimentos para porte de armas; amplia a lista de profissões autorizadas ao uso de armas; assinou o ato que retira o imposto de importação de armas; permite a posse de arma para toda propriedade rural.

Jair Bolsonaro também a aprovação do projeto de lei de número 191/2020, apresentado pelo Executivo há um ano para regulamentar a exploração em terras indígenas e o projeto de lei de número 5518/2020, apresentado pelo deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP) que tem o objetivo de aprovar concessões de exploração das florestas a iniciativa privada. Nesse mesmo sentido aprovou também a lei que eliminou a Medida Provisória (MP 884/2019) que eliminou o prazo de adesão ao CAR – Cadastro Ambiental Rural, podendo os produtores rurais ficarem livre das punições previstas por lei, a exemplo, restrição a acesso ao crédito rural e fazer inscrições e ações a qualquer momento vinculadas ao mesmo imóvel.

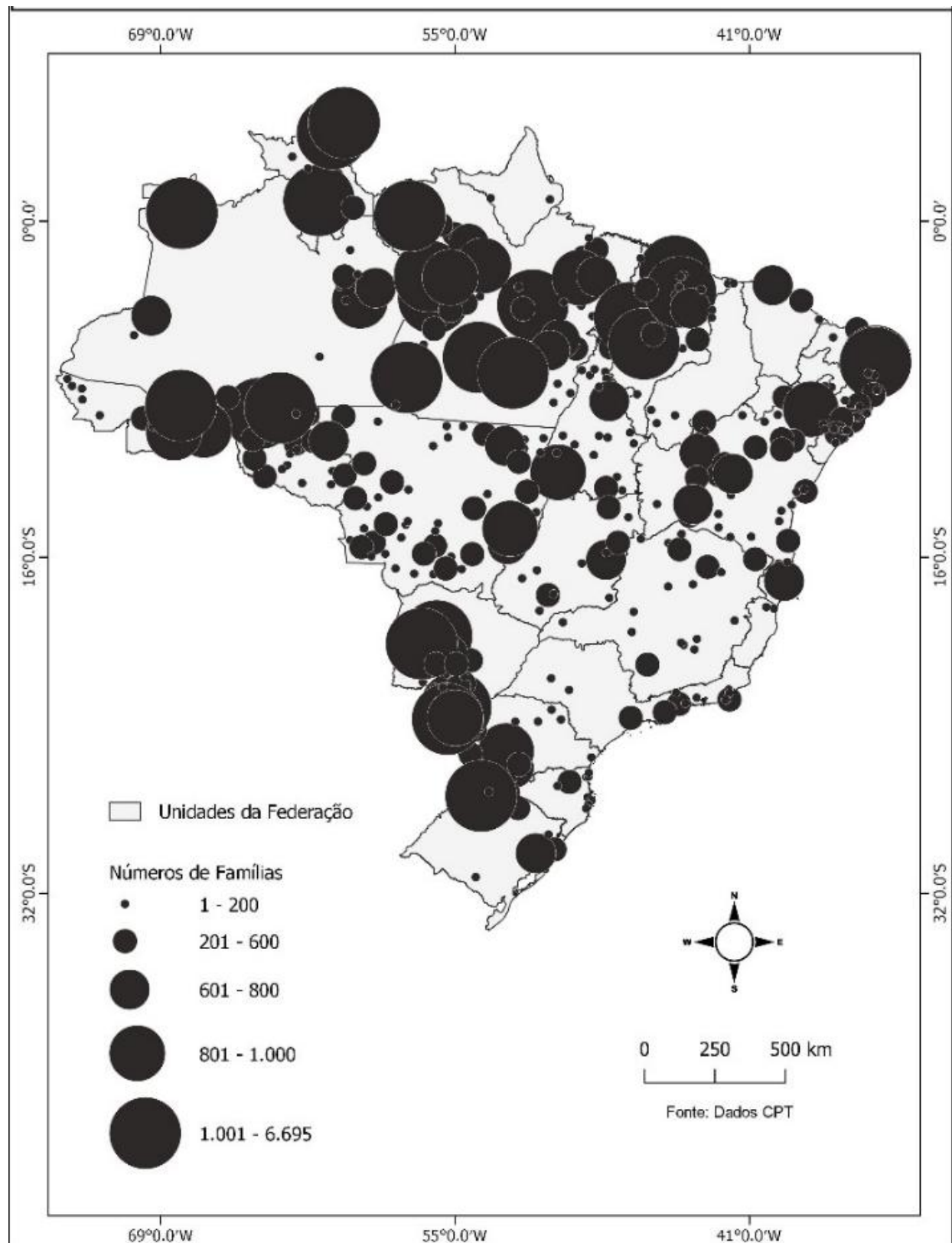
Também não poderíamos deixar de mencionar aqui, a Lei 14.004, de 2020, a lei de “regularização” de terras da União ocupadas por particulares nos estados de Amapá e Roraima. Segundo a Agência do

Senado (2020) a nova lei altera a Lei 10.304, de 2001, que regula o repasse de terras da União aos dois estados: *“Permite que os particulares mantenham a propriedade das terras, mesmo que os títulos tenham sido extintos por descumprimento de condições impostas pela União; assegura o direito à terra mesmo aos beneficiários de títulos que não tenham registrado os documentos em cartório de imóveis; reduz as garantias ambientais previstas na legislação anterior; As terras transferidas aos estados de Amapá e Roraima devem ser utilizadas preferencialmente em atividades agropecuárias e de desenvolvimento sustentável ou em projetos de colonização e regularização fundiária.”* Sendo que isto contrapõe a lei anterior Lei 10.304, de 2001, que prevê o uso preferencial das glebas para atividades de conservação ambiental.

Desde que o Amapá entrou no mapa da logística das *commodities* por meio do uso do porto de Santana para tal função, especialmente as faixas de terras das margens da BR-156 passaram a ser disputadas pelos empresários do setor de grãos que exercem forte pressão sobre o governo para realização da regularização fundiária no estado. Tal regularização não pretende beneficiar os camponeses posseiros e quilombolas que carecem de possuir a regularização de suas terras e territórios garantidos. Ao contrário, além dessas populações esse tipo de regularização põe em risco a situação dos posseiros e ribeirinhos, que além de sofrerem com a ausência de políticas públicas e conflitos constantes com a AMCEL - AMAPÁ FLORESTAL E CELULOSE S.A, atualmente enfrentam a situação de grilagem de terras capitaneada pelos empresários da soja.

Nesse sentido, que os conflitos por terra têm impactado drasticamente as famílias camponesas, quilombolas e indígenas. Não há recuo nessas estatísticas (Mapa 2).

Observa-se ainda a concentração de famílias em conflitos por terra na Amazônia Legal, confirmado os dados de registros de ocorrências, os conflitos estendem-se para o Mato Grosso do Sul, nos territórios indígenas. Destaca-se também a região nordeste como: Bahia, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, margeando o litoral nordestino. Também se vê uma concentração de famílias em conflitos no norte do Rio Grande do Sul, sul de Santa Catarina e a extensão oeste do Paraná que faz fronteira com os dois estados.



**Mapa 2.** Família em conflito por terra em 2020.

É nesse contexto que as áreas em conflitos estão cada vez mais volumosas, a medida em que os anos passam (gráfico 5).

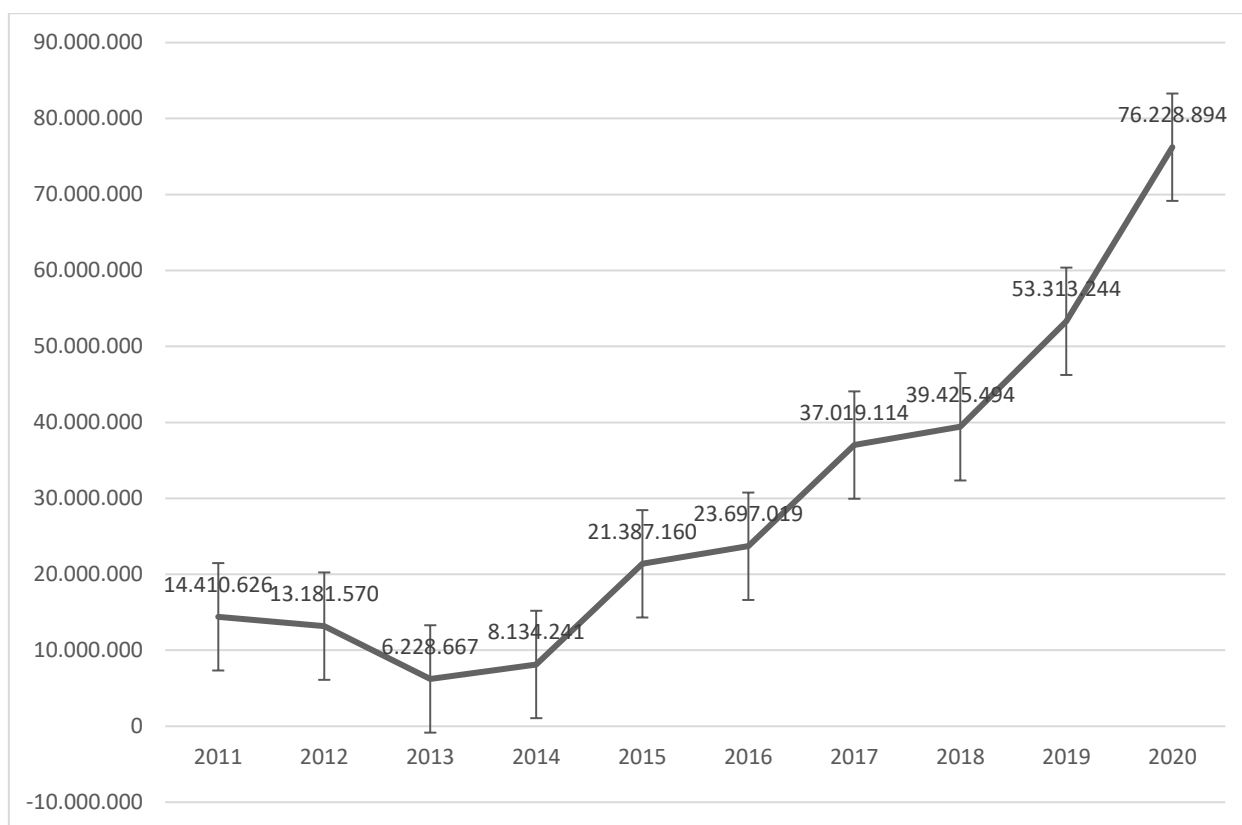


**Gráfico 5.** Áreas em conflitos no Brasil (2011-2020). Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Org: A autora.

De início, os anos de 2011 e 2012 apresentam respectivamente 14.410.623 e 13.181.570 hectares em conflitos e em 2013 há uma queda significativa nas áreas em conflitos registradas. Todavia o volume de áreas em conflitos voltou a aumentar a partir de 2015 com 21.387.160 hectares em conflitos, chegando a 53.313.244 em 2019, estabelecendo recorde no volume de hectares em conflitos no ano de 2020, 76.228.894. A região Norte se destaca com 61574538,70 de áreas em conflitos seguida pelo Nordeste com 15183612,41, centro oeste, 1757183,40, sudeste com 303406,70 e Sul com 123102.

Além dos avanços de empresários, fazendeiros, grileiros, madeireiros e outros agentes de conflitos que num contexto comum de conflitos no campo, invadem as terras de camponeses – posses, seringais, assentamentos e etc. – e territórios quilombolas. Em 2020, para se defenderem da Covid-19, indígenas e quilombolas instituíram barreiras sanitárias que em momentos não foram obedecidas por seus inimigos comuns, noutras circunstâncias não foram obedecidas pelo próprio estado. Como já referido anteriormente, o governo atual é conhecido por estimular violentamente essas invasões e da mesma maneira estimula também a não prevenção contra a covid, reagindo aos municípios e estados que se opõem a ele.

Em se tratando dos agentes causadores de conflitos, sobressaem-se fazendeiros, empresários e grileiros, seguidos por madeireiros e mineradoras.

Como já mencionado, o governo Bolsonaro tem exposto de maneira muito clara a população brasileira á Covid-19. Isto somado a ausência e/ou fragilidade de aparelhos públicos de saúdes de

atendimentos e de orientação, sobre informações de prevenção da covid e de vários outros tipos de doenças. Nesse sentido, as populações do campo tiveram que se auto-organizar para o enfrentamento da pandemia de Covid-19. Os sujeitos mais atingidos no contexto foram os camponeses, quilombolas e indígenas (gráfico 6).

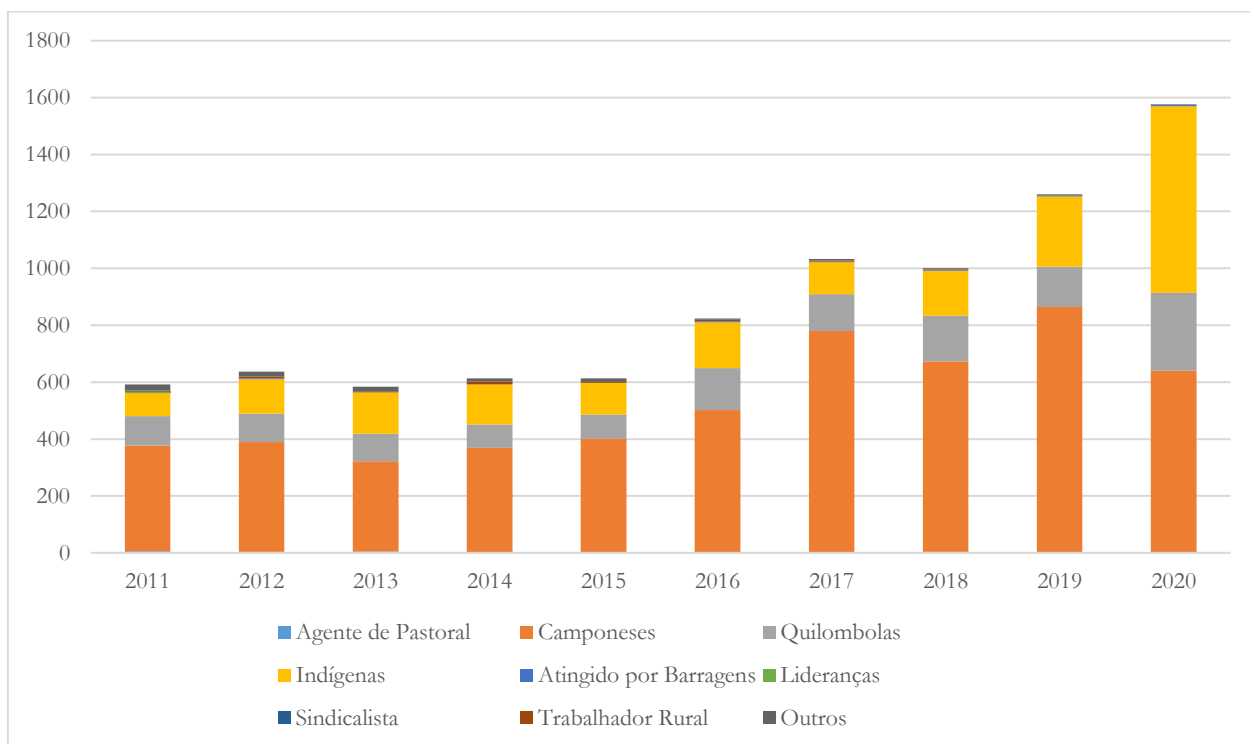
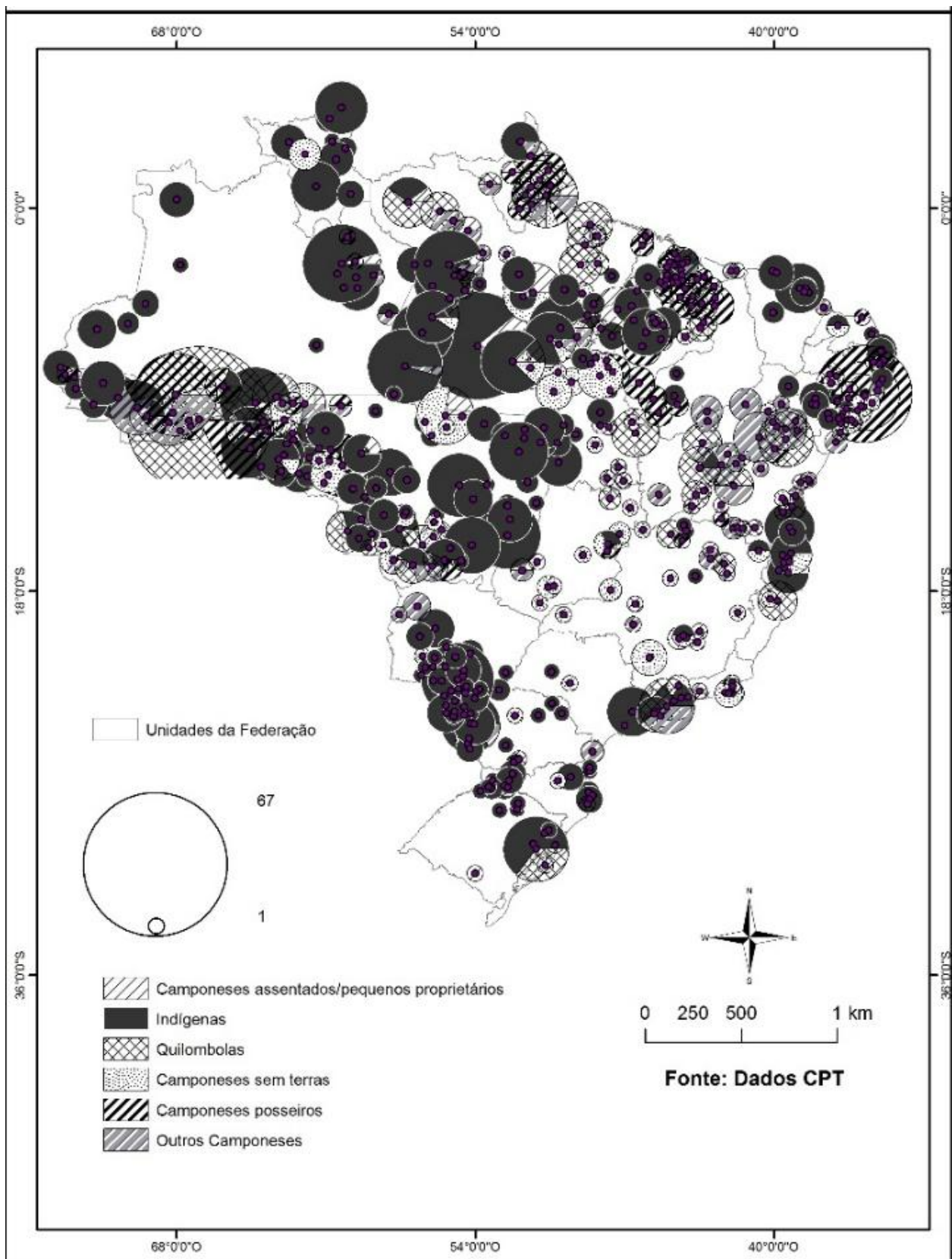


**Gráfico 6.** Sujeitos sociais que sofreram ações de violência (terra/posses/acampamentos). Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Org: A autora.

Os povos indígenas se destacam nas regiões, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as populações quilombolas no Norte e Nordeste e o campesinato depende muito de suas variantes, obviamente os sem-terra se destacam no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os posseiros no Norte e no Nordeste, os assentados também no Norte e no Nordeste, os pequenos proprietários no Nordeste e Centro-Oeste, os ribeirinhos no Norte, e os seringueiros muito específicos do estado do Acre, região Norte, assim como os de fundo e fecho de pasto no Nordeste e extrativistas no Norte. Em 2020 o mapa da distribuição de sujeitos sociais da luta pela terra e território não sofreu grandes alterações sobre as ocorrências dos tipos de sujeitos (mapa 3).



**Mapa 3.** Sujeitos sociais em conflitos por terra em 2020.

Outros camponeses, no mapa representa seringueiros, extrativistas, vazanteiros, retireiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos e extrativistas. Do ponto de vista das estatísticas não houve densa expressão de ocorrências de conflitos por terra com lideranças, trabalhadores rurais, sindicalistas,

atingidos por barragens, agentes de pastoral e outros, que por exemplo, no Amapá engloba pessoas utilizadas como laranjas para realizar registros cartoriais (grilos) de terras.

A conjuntura de 2020 alterou os mapas de conflitos, por conta do adensamento das situações de pobreza e de violações das condições de existência dos povos no campo.

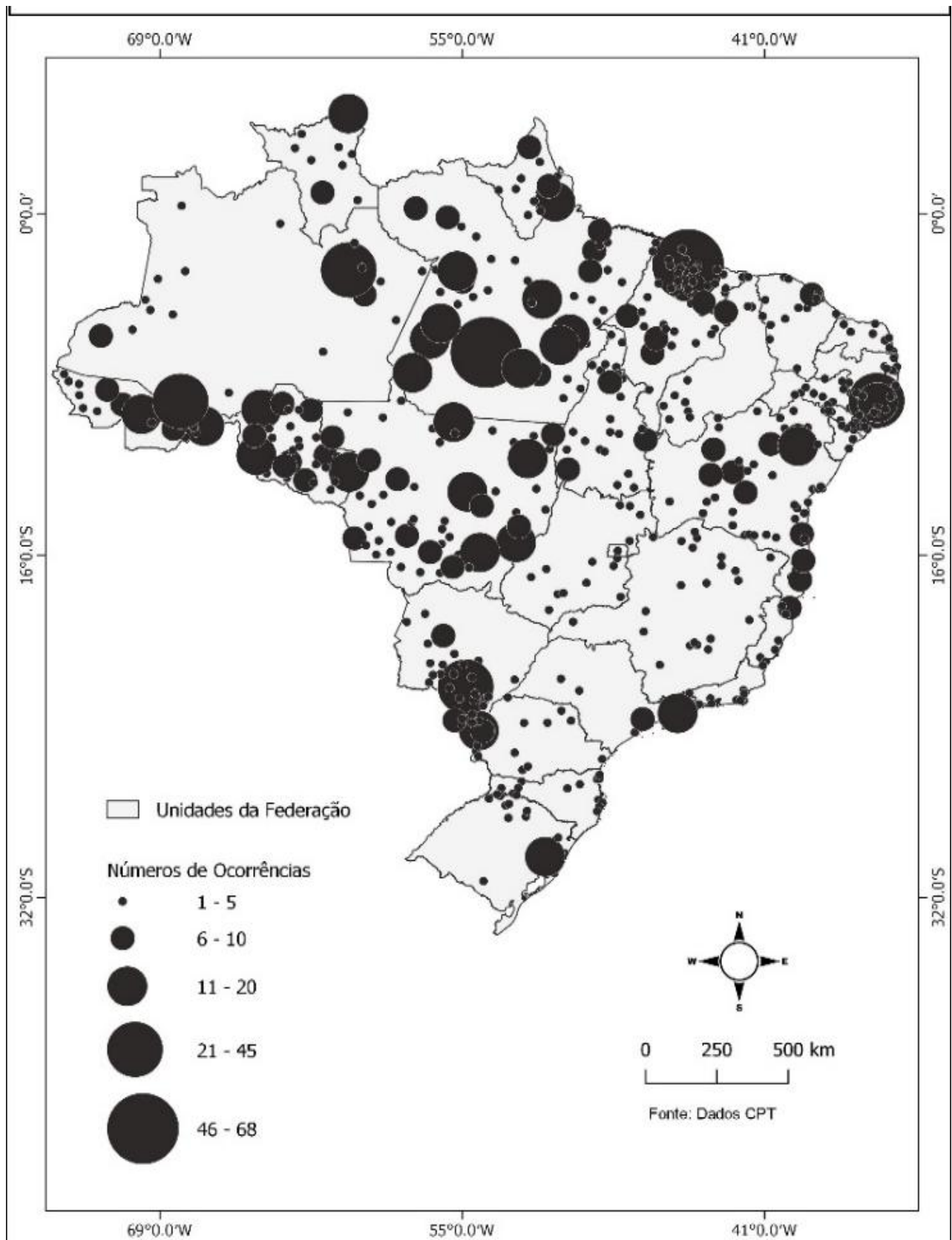
## **CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS EM 2020: VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS DO CAMPO E COVID-19**

É no contexto histórico de transformações sociais e econômicas bruscas que a pandemia de Covid-19 se desenvolveu no mundo. Além dos impactos da crise de 2008 que se arrastam até a atualidade. Os governos de extrema direita foram se estabelecendo nos últimos anos em países como o Brasil, implementando políticas austeras e agindo contra os direitos da população, potencializaram os graves problemas trazidos pela pandemia.

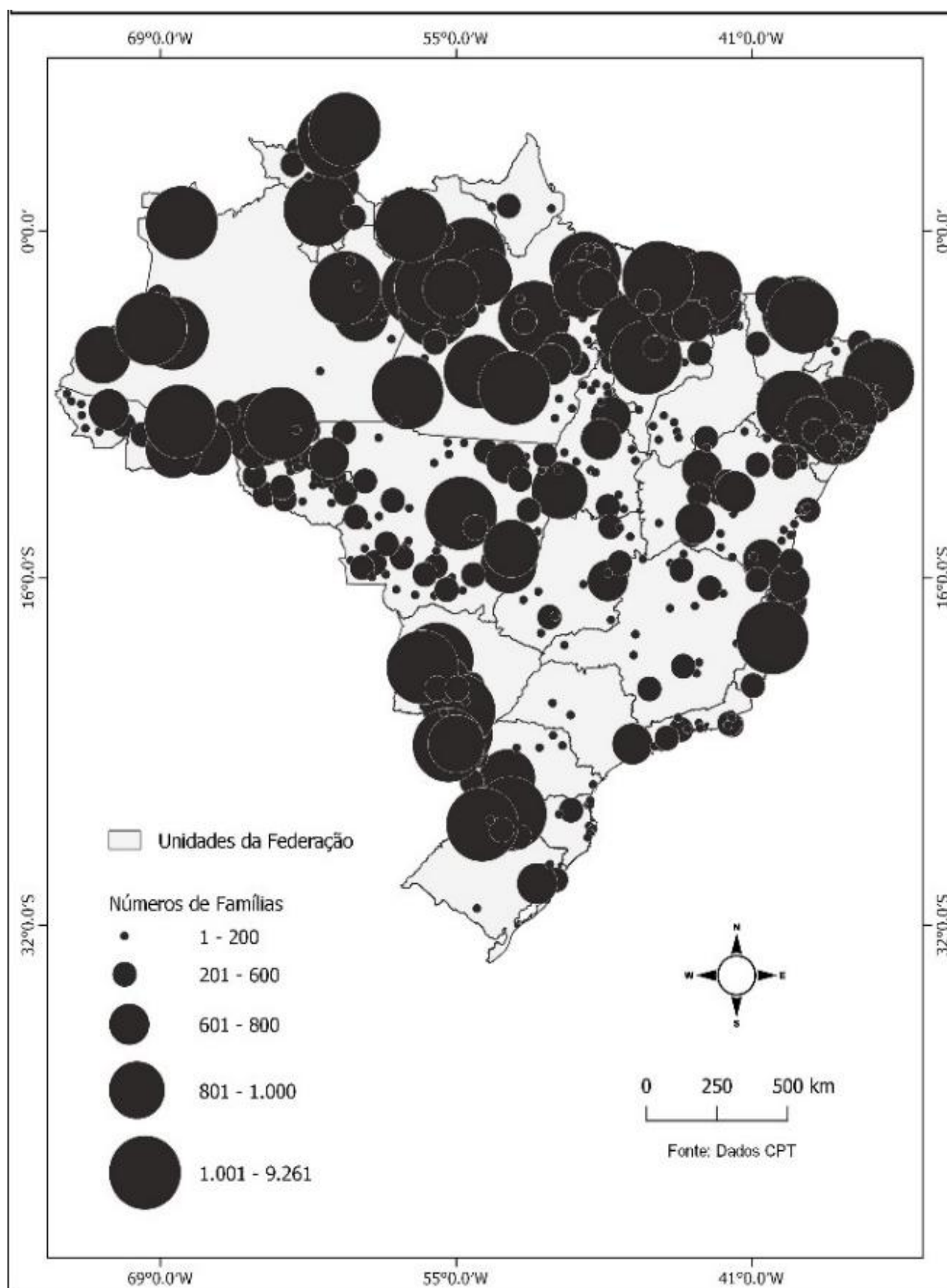
Se a gestão de situação de pandemia na cidade, que deveria pressupor-se ter certa infraestrutura de serviços e maior concentração de políticas públicas não proporcionou assistência devida, no campo a situação se agravou mais ainda e isto refletiu na dinâmica dos conflitos socioterritoriais. Foram registrados em 2020, 316 ocorrências de Covid-19 e 28858 famílias. Somando-se aos casos de ocorrências históricas de conflitos temos 1892 ocorrências e 195605 famílias em conflitos por terra e situação de covid no Brasil (mapa 4).

Comparando o mapa de ocorrências históricas e o mapa de ocorrências históricas com covid, observamos que a maior elevação dos conflitos, ocorreu nas regiões, estados e municípios já historicamente impactados pelos conflitos no campo. Todavia, observamos um número mais crescente de casos em ocorrências no estado Amazonas, Roraima, Acre, Pará, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esta situação se expressa também no número de famílias em conflitos históricas e casos de Covid-19 (mapa 5).

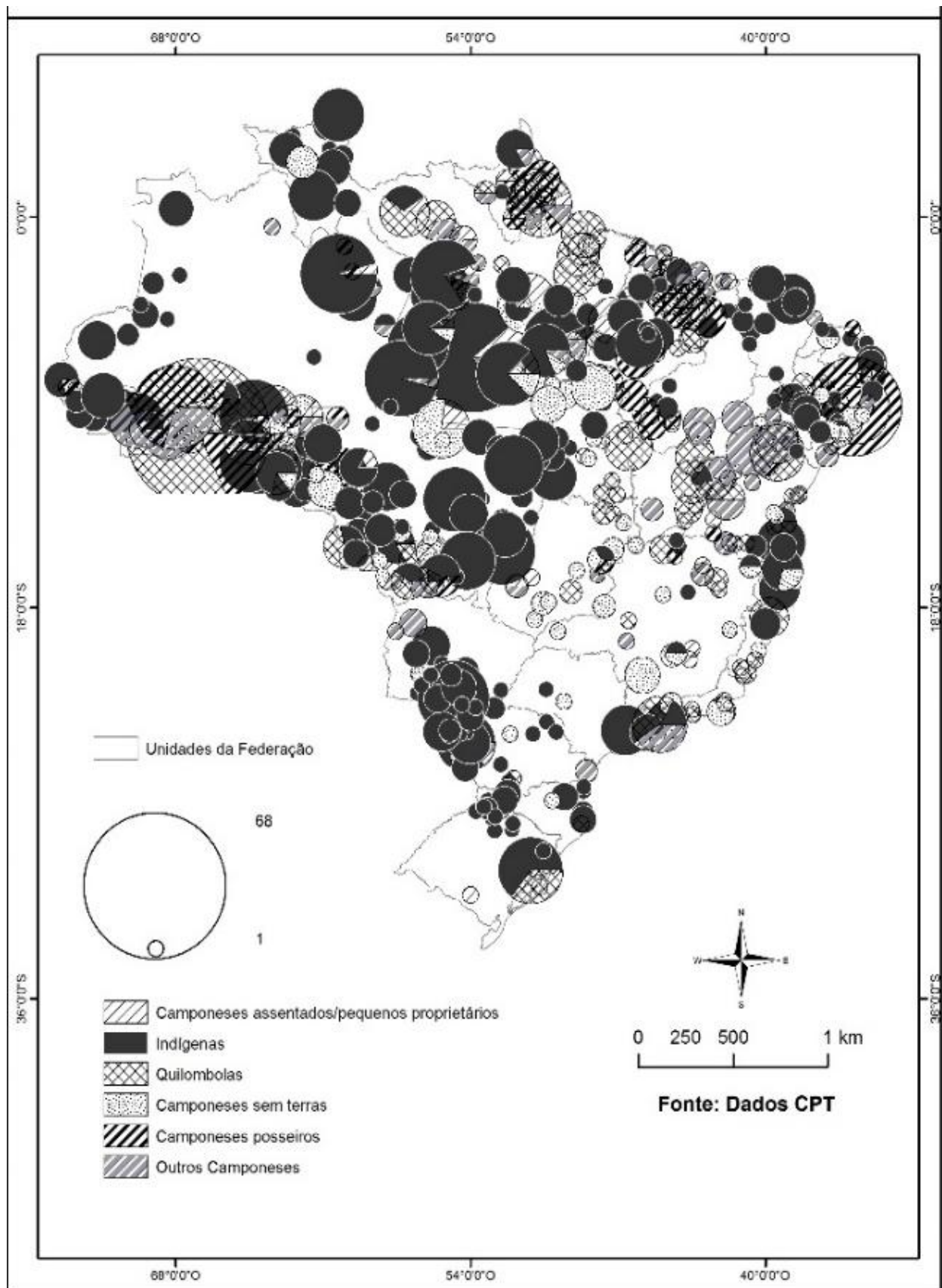
Esses estados concentram um número considerável de territórios indígenas e quilombolas. Observamos ainda maior predominância de números de mais de oitocentas famílias nos estados impactados por ocorrências históricas e Covid-19. A situação dos sujeitos sociais é expressa a seguir: (mapa 6).



**Mapa 4.** Ocorrências de conflito por terra e Covid-19 em 2020.



**Mapa 5.** Famílias em conflitos por terra e Covid-19 em 2020.



**Mapa 6.** Sijetos sociais em conflitos por terra e Covid-19 em 2020.

Assim, os camponeses posseiros se destacam no Amapá, no Maranhão, no Acre, no Tocantins, e nos estados do litoral da região nordeste. Quilombolas na Bahia, no Tocantins, Pará, Maranhão, Amapá

e Goiás. Camponeses sem Terra no Pará, no Mato Grosso e em Rondônia e os indígenas são predominantes em todas as partes do país.

## ALGUMAS QUESTÕES PARA O CONTEXTO

De um modo geral, nos últimos dez anos os registros de ocorrências de conflitos no campo assumiram a seguinte dinâmica: 2013,1.266; 2014, 1.286; 2015, 1.217; 2016,1.536; 2017; 1.431; 2018; 1.489, 2019; 1.833, 2020; 2.054, 2021; 1768, 2022; 1572 ocorrências de conflitos no campo. Observamos que na medida em que os conflitos por terra e violências contra a posse e a ocupação foram aumentando, a realização de ocupações e retomadas, assim como de acampamentos entraram em descenso sistematicamente. Observa-se a luta incessante das populações indígenas e quilombolas pela manutenção de seus territórios, assim como do campesinato pela manutenção de suas pequenas propriedades e posses.

A abertura de novas posses e pequenas propriedades registrados no Censo Agropecuário de 2017 demonstram a reprodução desses camponeses. *“Em 2017, eles alcançaram o total de 80.891.084 hectares, sendo que, em 2006, atingiam um total de 80.102.694 hectares, portanto uma diferença de 788.390 hectares a mais, ou seja, um total de 0,98% a mais. Com relação ao aumento dos camponeses (familiares), os proprietários apresentaram em 2017 um total de 71.336.379 hectares contra o total de 70.190.973 hectares em 2006, ou seja, uma diferença a mais de 1.145.406 hectares, o que equivale a dizer que apresentou 1,63% a mais.”* (Oliveira, 2020) Assim, os dados do censo confluem com os dados de posseiros, pequenos proprietários e assentados envolvidos em conflitos ao longo da série histórica aqui apresentada.

O recuo das ocupações e acampamentos vem ocorrendo desde os períodos de governo Fernando Henrique Cardoso e governo Lula. Assim, embora os sem-terra se mostrem presentes nas lutas no campo, é perceptível ao longo das décadas a retomada das lutas pelos posseiros, pequenos proprietários, indígenas e quilombolas.

*“No período FHC, o recuo se deu por conta da repressão às famílias que vinham buscando principalmente, o Movimento Sem-Terra para ingressarem na luta pela terra. No governo Lula, a iniciativa de recuar da luta pela terra se deu por conta dos pactos políticos que os movimentos construíram com o governo. Não foi por conta de repressão, foi opção. A violência direta, assassinatos, ameaças de morte e tentativas de assassinato do início da década de 80 até os anos de FHC, tinham como alvo principal os grupos de posseiros e depois de sem-terra, por conta das manifestações coletivas e recorrentes acampamentos e ocupações realizadas, ou seja, a possibilidade de destruir o movimento socioespacial podia constituir-se em um impeditivo do próximo passo dos movimentos camponeses, a ação total de territorializar-se, a conquista da terra.”* (Chaves, 2015)

Em Dilma experimentamos os vácuos das políticas de reforma agrária e em Temer e Bolsonaro experimentamos mais uma vez a violência repressiva, o retorno da fome e da pobreza no campo. A pandemia de Covid-19 foi utilizada por Bolsonaro como política de extermínio das populações vulneráveis no campo e na cidade. Em 2018 tivemos o retorno dos Massacres. O massacre de Pau D’arco

no Pará veio marcar o curto governo de Temer. O povo Guajajara no Maranhão chora constantemente as mortes de seus parentes. Sete indígenas foram assassinados em 2020, três quilombolas, três ribeirinhos, um posseiro e dois sem terras. Mostrando que se as lutas pela terra no Brasil precisam reencontrar seus caminhos, as lutas pelo território têm a clareza de que a vitória só é possível a troco de sangue dos guerreiros e das guerreiras, dos parentes indígenas. Assim, também os quilombolas são incansáveis na reconstrução da mãe África em solo brasileiro.

As manifestações nesse último ano ganharam espaços ainda hostis para grande parte das populações que vivem no campo. As manifestações, as jornadas de lutas só foram possíveis via apropriação das redes sociais. As marchas, retomaram de certa maneira, as sensações da década de oitenta, as sensações desencadeadas pela fome. Para muitos comer só foi possível por conta da solidariedade de entidades e organizações sociais que se disponibilizaram no combate à fome. Muitos se expuseram a Covid-19 para levar o pão aos companheiros. Tomaram para si as tarefas do governo, do Estado.

A socioespacialização, “[...] a ação de ocupar ou acampar estão sob essa orientação. “A luta camponesa pela terra se construiu sob uma tríade que ainda não foi bem entendida pelos movimentos organizados. De um lado a ocupação como instrumento de negação da concentração da propriedade privada da terra e negação de seu acesso aos camponeses. De outro, o acampamento como ação positiva de negação da negação, a fixação ainda que temporária dos camponeses na terra concentrada negada. E, por último, o assentamento como conquista irretorquível daquilo que foi sempre negado, a territorialização camponesa na fração capitalista do território capitalista mundializado. É luta de classes, é luta camponesa por um pedaço do mundo para fundar o território camponês da esperança e da partilha. É por isso que o campesinato nunca cessou sua luta, apesar dos movimentos organizados deixarem de ser socioterritoriais, para passarem a ser apenas socioespaciais. Porém, permanece a luta da classe camponesa, esta sim sempre socioterritorial. É assim que a história segue.” (OLIVEIRA, inédito in Chaves 2015)

A pandemia de Covid-19 revelou e fomentou a violência contra as mulheres em todos os cantos. A violência contra a mulher possui três dimensões: a violência do estado, a violência do capital e a violência doméstica/privada. A mulher como maior responsável pelo trabalho do CUIDADO, estruturante nas relações sociais e econômicas, de uma maneira geral, tem sido coata, nos vários processos de luta por terra e território. Por experiência de campo, observo que a mulher regularmente assume a liderança das comunidades. É protagonista das lutas socioespaciais e socioterritoriais. Comer, beber e respirar obviamente constituem as necessidades essenciais a vida. Necessidades que não tem apenas os marcadores de classe como mecanismo de opressão que nos impedem acessá-las. Assim, queremos deixar esta questão como problema que suscite debate “no campo do campo” reflexão para outro texto, mas não para outro contexto.

## REFERÊNCIAS

Boff, L. Sonhos e Lutas para a construção de uma sociedade pluri-étnica, justa e sustentável. Conferência Nacional da Terra e da Água: Reforma Agrária, Democracia e Desenvolvimento Sustentável. São

Paulo: Expressão Popular, 2007. [https://www.brasildefato.com.br/2023/01/20/Com Bolsonaro, desmatamento na Amazônia cresce 150%, pior marca já registrada pelo Imazon](https://www.brasildefato.com.br/2023/01/20/Com-Bolsonaro-desmatamento-na-Amazônia-cresce-150%,-pior-marca-já-registrada-pelo-Imazon). Consulta realizada em 26/07/2023.

Boff, L. Teologia do Cativo e da Libertação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

Chaves, P. R. “Sangue de peão, engorda boi de paulista”: A questão do trabalho escravo na região do bico do papagaio. Revista Geografia em Questão. v. 13, n. 5 (2020) DOI: <https://doi.org/10.48075/geoq.v13i5.27159>

Chaves, P. R. Rebeldia e barbárie: conflitos socioterritoriais na região do bico do papagaio. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Oliveira, A. U. (Org). A grilagem das terras na formação territorial brasileira. Projeto editorial: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. -- São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

Oliveira, A. U. A Geografia Agrária e as Transformações Recentes no Campo Brasileiro: In Novos Caminhos da Geografia Brasileira (org. Carlos). 5. Ed. Contexto: São Paulo, 2007.

Oliveira, F. Noiva da revolução e elegia para uma re(li)gião. São Paulo: Boitempo, 2008.

## Índice Remissivo

### A

ADO 26, 238, 262  
Amazônia, 6, 7, 62, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72,  
73, 74, 75, 144, 152, 249, 250, 251, 252, 255,  
256, 257, 258, 259, 260

### B

Brasil, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 41, 43, 45, 46,  
47, 49, 52, 54, 56, 238, 239, 240, 241, 242,  
243, 244, 245, 247

### C

Covid-19, 157, 169, 172, 176  
Criminalização, 244

### E

Ecosocialismo, 192, 205  
Estados Unidos, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24,  
25, 26, 27, 28, 29

### F

Facções, 70, 74  
Fórum Social da Pan-Amazônia, 179  
FOSPA, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 189,  
190, 191

### G

Geografia, 62, 67

### H

Homofobia, 245

### M

Mineração, 126, 127, 251, 252, 258

### N

Neoliberalismo, 181

### S

Saúde, 6, 7, 8, 9, 13

## Os organizadores



### **Tiago Siqueira Reis**

Professor do curso de Licenciatura Intercultural, no Instituto de Formação Superior Indígena - Insikiran, da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História pela Universidade Nova de Lisboa/Portugal, linha de pesquisa História Contemporânea. Pós-doutor no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF), pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Licenciado em História e Sociologia, e bacharel em Turismo. Contato: [siqueira.treis@gmail.com](mailto:siqueira.treis@gmail.com)



### **Evânio Mascarenhas Paulo**

Professor Adjunto, nível A, na Universidade Federal de Roraima, onde ocupa o cargo de Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras. Doutor em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul. Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará. Graduado também em Economia pela Universidade Regional do Cariri. Linhas de pesquisa: ciência social, em especial à Ciência Econômicas, sendo que elas estão contidas em revistas, livros e anais de congressos, tanto nacionais como internacionais, de reconhecida notoriedade. Contato: [evanio.paulo@ufrr.br](mailto:evanio.paulo@ufrr.br)



9786585756488



**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 9608-6133 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)